

O relato biográfico como fonte para a história

Marly Silva da Motta

Doutora em História Social-UFF
Pesquisadora CPDOC-FGV

RESUMO

Este artigo tem como objetivo elaborar uma reflexão teórico-metodológica acerca do uso do relato biográfico e das histórias de vida como fontes relevantes para o estudo da história. Na primeira parte, discutiremos a crescente valorização das fontes qualitativas em reação à hegemonia das quantitativas, bem como o significativo espaço que os relatos biográficos e as histórias de vida vêm ocupando nos estudos situados no campo da história política. Em seguida, trataremos do uso da história oral como o método capaz de reconstituir tais histórias de vida. Finalmente, tomaremos o livro *Depoimento*, de Carlos Lacerda, como caso exemplar do uso da entrevista de história de vida como fonte histórica relevante para se entender a maneira pela qual a memória do passado constrói as pontes para o presente e o futuro.

O relato biográfico como fonte para a história

Marly Silva da Motta

Doutora em História Social-UFF
Pesquisadora CPDOC-FGV

Este artigo tem como objetivo elaborar uma reflexão teórico-metodológica acerca do uso do relato biográfico e das histórias de vida como fontes relevantes para o estudo da história. Na primeira parte, discutiremos a crescente valorização das fontes qualitativas em reação à hegemonia das quantitativas, bem como o significativo espaço que os relatos biográficos e as histórias de vida vêm ocupando nos estudos situados no campo da história política. Em seguida, trataremos do uso da história oral como o método capaz de reconstituir tais histórias de vida. Finalmente, tomaremos o livro *Depoimento*, de Carlos Lacerda, como caso exemplar do uso da entrevista de história de vida como fonte histórica relevante para se entender a maneira pela qual a memória do passado constrói as pontes para o presente e o futuro.

Queda e ascensão da biografia

A espíritos justamente preocupados com as técnicas e os movimentos sociais, parece arbitrário extrair dessa multidão de homens que fizeram a História uma personalidade escolhida e interrogar uma época através de suas reações. Arbitrário e perigoso, pois o historiador acaba por assumir os sentimentos de seu herói.¹

Dentre os métodos ditos ultrapassados de fazer história, o mais estigmatizado foi a biografia. Alguns dos motivos para essa execração estão evidenciados na citação acima. Na medida em que a historiografia privilegiava as análises de natureza econômica ou sociológica, parecia “arbitrário”, e mesmo “perigoso”, selecionar um indivíduo dentro da massa de homens que fizeram e que fazem a história. Mais grave ainda era admitir a possibilidade de que essa história de vida pudesse fornecer elementos de compreensão do todo social. Além disso, havia ainda o risco de o historiador se deixar envolver pelos

¹ Guiral citado por Levillain (1996:142).

“sentimentos” de seu biografado, o que lhe retiraria a capacidade crítica e o distanciamento indispensáveis ao ofício de pesquisador.

Dessa maneira, o método biográfico foi duplamente desqualificado. Em termos científicos, foi associado à imprecisão e à subjetividade. Situada na fronteira entre a literatura e a história, a biografia se caracterizaria pela “promiscuidade dos vulgarizadores de baixa categoria, dos escreventes de historietas”,² voltada para um grande público ávido por intimidades e desatento à consistência científica. Em termos políticos, a acusação se voltou contra uma postura considerada elitista e conservadora, a qual, ao privilegiar o indivíduo à massa, desconheceria “as forças profundas da história”.

Essa forte reação contra métodos e técnicas que reconheciam no individual e no particular uma via de acesso ao conhecimento do social não atingiu apenas a história. Na sociologia, as *life stories* entraram em franco desuso após a Segunda Guerra. Intimamente associada à produção sociológica da Escola de Chicago,³ a história de vida ficou restrita ao âmbito da psicologia social, uma vez que a sociologia estava agora comprometida com o desenvolvimento de teorias abstratas e com o rigor dos dados objetivos. Os *surveys*, os questionários, as estatísticas, métodos ditos mais sofisticados e confiáveis, garantiriam a objetividade que deveria marcar o ingresso das ciências sociais no novo patamar alcançado pelas ciências físicas e matemáticas.⁴

Pode-se igualmente atribuir, em boa medida, ao desejo do “novo” historiador em alcançar “uma tecnicidade que (...) o eleve ao prestígio dos novos heróis científicos da segunda metade do século XX, os que controlam o átomo, aqueles que alcançam o Prêmio Nobel”,⁵ a adoção dos métodos quantitativos na história. A constituição do fato histórico “em séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis”, definida por Pierre Chaunu como “história seriada”, visava a “substituir o incompreensível ‘acontecimento’ da história positivista pela repetição regular de dados selecionados e construídos em função de seu caráter comparável”.⁶ Claro está que a biografia, por seu caráter único, individual e

² Nora e Le Goff (1986:14).

³ Becker (1989).

⁴ Becker (1974).

⁵ Nora e Le Goff (1986:14).

⁶ Furet (1986: 51)

particular, estaria vinculada a esta “incompreensível história positivista”, e, portanto, fadada a desaparecer do arsenal metodológico da “nova” história.

Essa desqualificação do método biográfico se inseriu em uma mudança mais ampla do quadro historiográfico que envolveu o próprio abandono da história política. Referimos aqui ao ostracismo a que foram relegados os temas políticos no bojo da renovação historiográfica detonada com o lançamento da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em janeiro de 1929, por iniciativa de Marc Bloch e Lucien Fébvre, a qual deu origem ao surgimento de uma “escola” de historiadores intitulada de “*École des Annales*”.⁷

Essa proposta de renovação tinha a história política como modelo a ser negado. Em outras palavras, a identidade dos *Annales* deveria ser construída com base na contestação da historiografia dominante desde o século XIX, a qual, focalizando prioritariamente o Estado e as instituições, as figuras ilustres e os heróis nacionais, estaria comprometida com a função política de legitimar o poder, construir a nação e fortalecer o Estado. Psicologizante, biográfica, qualitativa, narrativa, factual, e, por isso mesmo, “ideológica”, a história política não teria condições de atingir a natureza da “realidade social”, na medida em que era prisioneira de fatos superficiais e atitudes individuais, de análises estreitas e descrições lineares.

Foi, pois, em defesa de uma “história total”, pautada pela hegemonia do econômico e do social, que o grupo dos *Annales* questionou a tradicional supremacia do fato político na produção historiográfica vigente à época.⁸ A preocupação com as estruturas de longa duração, com os comportamentos coletivos, com a “realidade” do mundo da produção e do trabalho, revelava um projeto historiográfico no qual o político “ficava de fora”,⁹ uma vez que era percebido como “a simple epiphenomenon, largely determined by a collection of economic and social conditions that cannot be modified by human will”.¹⁰ O prestígio conquistado pela história social – a história do cotidiano e das mentalidades – engrossou o coro daqueles que negavam qualquer valor explicativo aos acontecimentos políticos,

⁷ Sobre os *Annales*, ver, entre outros, Burke (1991) e Dosse (1992).

⁸ Para um panorama das críticas dos *Annales* à história política dita tradicional, ver, além dos dois livros citados acima, Balmand (1989); Remond (1996); Furet (1988); e Juliard (1976).

⁹ Himmelfarb (1987).

¹⁰ Juliard (1982).

englofados pela *longue durée*, e que teriam pouco impacto na vida cotidiana do homem comum.

A proliferação e a difusão de análises de natureza marxista não só em livros especializados, mas nos didáticos também, acentuaram o abandono a que foram relegados os temas políticos nos anos 60 e 70. Tachada de elitista, e acusada de compactuar com uma visão amena da dominação, a história política ganhou um lugar no inferno, e quem a defendesse era definido, no mínimo, como conservador, sendo, na maioria das vezes, acusado de conivente com a opressão e a alienação a que estavam submetidas as classes populares. Afinal, a política, seria “mero reflexo da infra-estrutura”, e o Estado não passaria de “simples comitê executivo da classe dominante”.

As biografias e as autobiografias, terreno onde campeavam os “escreventes de historietas”, foram o alvo preferencial dos ataques à história política. Gênero historiográfico por excelência do século XIX, vinculou-se, por um lado, a certo exercício apologético dos heróis nacionais, sendo considerado, por isso mesmo, um dos pilares do complexo processo de construção das nações. Ao mesmo tempo, filiou-se à concepção da história como “mestra da vida”, segundo a qual seria possível, e mesmo desejável, tomar essas biografias como modelos exemplares a serem seguidos.

A cientifização da história, com a adoção de métodos documentais mais rigorosos que buscavam traçar uma razoável distância do estilo literário, representou o primeiro embate ao método biográfico, ao mesmo tempo comprometido com a liberdade ficcional e descomprometido com o rigor da investigação e a verdade histórica. No entanto, coube aos *Annales* as mais poderosas críticas ao método. E, embora Febvre e Braudel tivessem tomado figuras históricas como marcos referenciais de suas obras, o fizeram no sentido de situar tais vidas no correr da longa duração: Rabelais, Lutero e Felipe II estariam, assim, inelutavelmente submetidos às “forças profundas” da história.¹¹

Foi a partir da década de 80 que a história política, depois de um longo período no limbo, retomou um lugar de destaque no quadro da renovação historiográfica relacionada à chamada “crise” geral das ciências humanas. Crise esse que foi pautada pela falência dos sistemas globais de interpretação e dos paradigmas dominantes fornecidos pelo marxismo e pelo estruturalismo, ou seja, pelo declínio radical das teorias e dos saberes sobre os quais a

história havia escorado seus avanços nos anos sessenta e setenta, como bem enfatiza Roger Chartier.¹²

No caso específico da história, a vitalidade que a disciplina conseguira graças ao ecletismo e à intensa interdisciplinaridade teria desembocado numa “infinita” pluralidade de temas e numa intensa pulverização de objetos, freqüentemente tratados com métodos superficiais e conceitos forjados de outras disciplinas, com as quais o historiador, com raras exceções, não tinha grande intimidade. O que estava em jogo era não apenas a renúncia da história à conquista “ilusória” da totalidade, bem como a demanda por uma efetiva “especialização” do historiador no seu *métier*.¹³

Foi, pois, na senda aberta pela reação à fragmentação – “a história em migalhas”, na expressão de François Dosse – e pela delimitação de um campo específico, que a história política fez a sua *rentrée*. Expulsos da “nova história/história social” sob a acusação, entre outras, de estarem submetidos à “ditadura da razão”, os temas políticos foram revalorizados no bojo de uma reação em favor da restauração da razão na história. Afinal, lembrava Georges Balandier, “o setor político é um daqueles que mais são marcados pela história, um daqueles em que melhor se aprendem as incompatibilidades, as contradições e as tensões inerentes a toda sociedade”.¹⁴

A clara percepção do espaço crescentemente ocupado nas sociedades contemporâneas pela esfera política abalou a tradicional tese de que esta se constituiria em mero reflexo da estrutura sócio-econômica. A acentuada politização de domínios ditos apolíticos – a moral, a religião, a ecologia –, bem como a significativa influência da burocracia estatal no estabelecimento de políticas públicas, demonstraram que o campo político se situava numa encruzilhada de escolhas e pressões que não eram imperativamente ditadas por qualquer instância “externa”. A descoberta de um dinamismo interno e de uma consistência própria conferiu interesse e especificidade ao estudo do político. O jogo de interesses, a tomada de decisão, a conquista e a prática do poder, tudo isto era agora colocado à luz de reflexões que deixaram de lado o reducionismo e o determinismo de análises apriorísticas e finalistas.

¹¹ Levillain (1996:143).

¹² Chartier (1989).

¹³ Noiriel (1989).

¹⁴ Balandier citado por Julliard (1976: 192).

A grande preocupação dos historiadores confrontados com a retomada do interesse da historiografia pelos temas políticos foi a questão do próprio *retour* da história política. O risco a ser enfrentado era o de que a mesma história que fora expulsa pela janela entrasse pela porta da frente, ou seja, de que a *rentrée* do político significasse apenas uma simples volta à “história tradicional dos homens e fatos”.

O combate por uma história política renovada se fez em várias frentes. De um lado, aqueles que se bateram por uma mudança que, aparentemente de cunho apenas semântico – em vez de *a* política, *o* político – envolvia transformações na própria definição da esfera política. Uma história *do político* estaria comprometida com a interpretação dos fenômenos mais globais, e atenta à elaboração, na longa duração, do que se convencionou chamar de *cultura política*, ou seja, estruturas duradouras profundamente enraizadas nas convicções e nos comportamentos coletivos.¹⁵ A adesão de expoentes dos *Annales*, como Jacques Le Goff e Jacques Julliard, “à une histoire qu’on peut appeler politique” foi uma indicação segura de que a “nova” história política poderia ser balizada, em grande medida, pelos parâmetros da “*école*”.¹⁶

Tal perspectiva foi endossada por René Rémond, que partilhava a idéia de que a renovação da história política deveria não só valorizar a interdisciplinaridade e lidar com dados seriais na longa duração, como explorar todos os aspectos da vida social, sendo capaz de passar de uma história “particularizada” para uma história “total”. A presença do político em todas as esferas da atividade humana o colocaria no “coração” da realidade, tornando a história política uma “*science carrefour*”, sem quaisquer fronteiras que pudessem impedir seu relacionamento com outras disciplinas.¹⁷

A agenda de debates de Noiriel sobre a possibilidade de uma “história social do político” foi marcada pelo distanciamento em relação ao paradigma dos *Annales*. Nesse sentido, o historiador francês se filiou à corrente que não apenas se batia por uma “nova” história política descomprometida com a pluridisciplinaridade “exagerada” e com a “ambição” da história total, como buscava estabelecer um arcabouço metodológico e conceitual específico para trabalhar com o político.¹⁸

¹⁵ Berstein (1992;1997).

¹⁶ Le Goff (1989); Julliard (1990).

¹⁷ Rémond (1996).

¹⁸ Noiriel (1989).

De qualquer modo, pelas trilhas renovadas nos métodos, nos objetos e nas problemáticas, pôde a história política ampliar seu campo de investigação num movimento entre a política no sentido mais clássico do termo – eleições, partidos e associações, idéias políticas, elites, biografias -, e o político em termos de *cultura política*, ou seja, o imaginário, as representações, a memória coletiva, os mitos e as mitologias políticas.¹⁹

Se a crise da história política produziu a queda da biografia, a volta triunfal do político levou à sua ascensão. Por um lado, não há como ignorar o *boom* de biografias no mercado editorial, ocupando os primeiros lugares na lista dos *best-sellers*, e provocando o surgimento de seções especializadas nas livrarias e bibliotecas. O voyeurismo e a avidez em conhecer a intimidade de pessoas famosas justificariam, em grande parte, o sucesso desse tipo de literatura.

A questão foi, no entanto, bem mais complexa quanto à reutilização do método biográfico nas ciências sociais e na história. De um modo geral, tal fato se relacionou à revalorização das fontes qualitativas pelas ciências sociais “humanistas”, em franca reação à “excessiva” tendência à quantificação, característica dos métodos estatísticos. O antropólogo norte-americano Howard Becker, por exemplo, procurou demonstrar a importância da história de vida como método que “permite compreender el aspecto subjetivo de los muy estudiados procesos institucionales, acerca de los cuales a menudo se hacen también suposiciones no verificadas.”²⁰ O que Becker pretendia comprovar era que a aproximação com determinados objetos – a delinquência, por exemplo – ou o acesso a certos dados – como a pessoa explica seu comportamento “delinqüente” – só seriam possíveis, em larga medida, graças ao emprego do método biográfico, associado, em geral, ao depoimento oral.

A relação da história com o método biográfico foi bem mais delicada. Na resenha que fez da biografia do marquês de Pombal, o historiador Francisco Falcón tocou em dois pontos particularmente sensíveis. Em primeiro lugar, a supervalorização do indivíduo como fator explicativo de uma época. Depois, a tradicional divisão entre a literatura, a quem é concedida a “liberdade ficcional”, e a história, comprometida com a “verdade” e o “rigor

¹⁹ Para um balanço da produção historiográfica francesa na área da história política, ver Balmand (1989).

²⁰ Becker (1974:34-5).

documental”. Ou seja, de um lado, o “romancista”, a “arte”; do outro, o “historiador”, a “ciência”.²¹

Enfrentando resistências e dúvidas, a recuperação do método biográfico no quadro historiográfico a partir dos anos 80 se deu através de uma dupla via. De um lado, as biografias produzidas no século XIX – apologéticas, descritivas, exemplares – passaram a ser entendidas da mesma maneira que os monumentos, os arquivos, os símbolos e as comemorações, ou seja, como lugares onde a memória nacional se fixou, os “*lieux de mémoire*”, na feliz expressão de Pierre Nora.²² Dessa forma, a biografia se tornaria um material bastante útil para a compreensão de um discurso historiográfico intimamente articulado a um quadro mais amplo no qual o tema nacional ocupava amplo espaço. Nessa perspectiva, tornou-se importante não como método, mas como objeto da história “analítica e crítica”.

Por outro lado, era o próprio método biográfico que se encontrava no centro das preocupações da historiografia. Depois de um tempo onde se podia contar a vida de um homem abstraído-se o quadro histórico, seguiu-se a ditadura do determinismo em que a atuação do indivíduo era considerada irrelevante. Na avaliação de Giovanni Levi, em artigo publicado em 1989 na revista *Annales*,²³ estava-se vivendo então uma fase intermediária que, embora considerasse o papel da biografia, reconhecia sua ambigüidade, já que tanto podia se constituir em um instrumento da pesquisa histórica, como ser um meio de se fugir dela. O desafio estaria em enfrentar um método cheio de armadilhas, especialmente perigoso para quem concebia a vida de um indivíduo como um modelo de racionalidade, que associava a uma personalidade coerente, decisões sem incerteza e ações sem dúvida.²⁴

A riqueza da biografia residiria justamente na possibilidade de escapar das explicações monocausais e lineares calcadas apenas no “destino final”, e de recuperar os complexos processos de elaboração e tomada de decisões. Seria possível, assim, através da reconstrução das trajetórias de vida de determinados personagens, iluminar aspectos pouco esclarecidos pela documentação, em geral muito pródiga em destacar os atos e muito pobre

²¹ Refiro-me à resenha do livro *Sebastião José*, de Agustina Bessa-Luís, publicada no *Jornal do Brasil*, Caderno Idéias/Livros, 24/11/1990.

²² Nora (1984).

²³ Levi (1989). Esse texto foi publicado em FERREIRA e AMADO (1996).

²⁴ Para um interessante debate sobre a validade do método biográfico, ver Bourdieu (1986) e Levy (1989).

em detalhar os meandros decisórios. Desatada das malhas do reducionismo e da simplificação, a biografia permitiria não só perceber as margens de liberdade e de constrangimento no interior das quais os indivíduos se moviam, como refletir sobre os limites da racionalidade do ator histórico.²⁵

A relação entre a vida individual e o contexto histórico era outro ponto delicado, e em torno do qual os historiadores freqüentemente divergiam. O método biográfico teve uma importante contribuição para essa discussão, na medida em que quebrou o esquematismo simplista, ao desvendar as relações entre o ator individual – e seus vários graus de liberdade de agir – e a rede histórica – e seus vários graus de atividade condicionante.

E, se a reflexão historiográfica e o gosto do público exigiram a volta do método e do gênero biográficos, a redução da concepção “hipersocializada” do homem associada à retomada do individualismo abriu uma conjuntura particularmente favorável às histórias de vida. A procura de maneiras de distinguir o homem na sociedade, o reconhecimento da liberdade individual de escolha, e a confrontação entre sociedade e indivíduo na fixação de valores, convergiram para a necessidade da busca do “eu”.

Conquanto a renovação historiográfica dos anos 80 tivesse enfraquecido as reações contrárias ao método biográfico, a resistência só se reduziria efetivamente na década seguinte. O principal exemplo dessa “conversão” foi, sem dúvida, a volumosa biografia de Saint Louis escrita por Le Goff, e publicada na França em 1996. Na Introdução, Le Goff pôde afirmar com todas as letras que

“O século XIII não é, entretanto, o objeto deste estudo. Vamos encontrá-lo aqui, claro, porque Luís nele viveu e ele é matéria de sua vida e de sua ação. Mas este livro trata de um homem e não fala de seu tempo a não ser quando isso permita esclarecê-lo (...). A biografia confronta hoje o historiador com os problemas essenciais – porém clássicos – de seu ofício de um modo particularmente agudo e complexo.”²⁶

No Brasil, essa aproximação história-biografia acabou resultando em benefícios para ambos os lados. De um lado, a produção historiográfica se beneficiou, entre outros

²⁵ Motta (1994).

²⁶ Le Goff (1999: 19-20).

empreendimentos, com o lançamento da coleção “Os que fazem a história”,²⁷ dirigida pelo historiador Francisco Falcón, o mesmo que, no início dos anos 90, chamara a atenção para “pontos sensíveis” do método. De outro, as biografias de corte mais tradicional – a série “Perfis Parlamentares”, publicada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, é um bom exemplo – receberam um tratamento metodológico intrínseco à prática da história: posição de um problema, busca e crítica das fontes, esforço explicativo, entre outros.²⁸

Também favoreceu o *boom* das biografias e das autobiografias o fato de terem se transformado em um tipo de fonte bastante atraente para os historiadores e cientistas sociais – especialmente aqueles filiados à história social voltada para o coletivo e o cotidiano –, uma vez que, através da técnica de história oral, puderam se revelar uma importante via de acesso aos “despossuídos”, abrindo a perspectiva de dar voz aos figurantes mudos da história, de tornar “eu” quem era ninguém. Ou seja, através do testemunho dessas histórias pessoais, puderam ser revelados os detalhes da vida cotidiana e dos costumes e hábitos dessa população “silenciosa”.²⁹

Depoimento: esta é a minha vida...

Das autobiografias e memórias, em boa parte elaboradas ao sabor das lembranças solitárias, passou-se aos depoimentos autobiográficos provocados a partir do diálogo entre o informante e o pesquisador, entre o entrevistado e o entrevistador. O resultado desse empreendimento foi a produção intencional de um determinado tipo de fonte histórica que apresenta tanto afinidades quanto especificidades em relação a outra espécie de documentação. A singular participação do pesquisador na construção da fonte, através do cuidadoso processo de indagar, de reconstituir, de rememorar, o torna parceiro do seu entrevistado. Compartilhando a narrativa e alargando o âmbito do relato autobiográfico, entrevistador e entrevistado envolvem-se no objetivo de compor um discurso comum.

Os riscos de distorções, de erros e de falhas presentes na fonte oral não são maiores nem menores do que nas outras fontes documentais: uma carta, por exemplo, pode conter mais “mentiras” do que uma entrevista. O depoimento de história oral permite, sim, o

²⁷ Foram lançados, até agora, cinco títulos: Morel (2000); Motta (2000); Mota (2000); Gonçalves (2000); Rodrigues (2000).

²⁸ Motta (1996).

²⁹ Thompson (1992).

acesso a uma versão do passado, ou seja, à maneira pela qual o entrevistado concebe o passado. Não se trata, pois, de recuperar a história “tal como ela efetivamente ocorreu”, mas sim de reconstruí-la através das múltiplas versões veiculadas pelos atores que viveram acontecimentos e conjunturas do passado.³⁰

As entrevistas de histórias de vida com membros da elite política envolvem algumas especificidades inerentes ao próprio objeto de estudo.³¹ Semelhante às duas faces de uma mesma moeda, na frente, o político oferece a indispensável desenvoltura de expor oralmente as suas idéias, principal arma na atividade à qual se dedica. Exposto à opinião e à crítica públicas, exerce cotidianamente a tarefa de fazer perguntas e articular respostas. No verso, no entanto, tem-se um discurso “fechado”, onde a livre expressão fica tolhida pelos interesses do entrevistado no jogo político. Daí o depoimento excessivamente cuidadoso, os “esquecimentos” e os silêncios ao lado das ênfases e dos destaques, tudo medido e avaliado pelo impacto que poderá causar à sua própria imagem e à posição que ocupa na arena de poder.

Tais características da elite política tornariam, pois, seu depoimento uma fonte histórica falha e redundante. Falha, porque o discurso do político seria sempre tendencioso e ambíguo, menos “verdadeiro”, portanto, do que aquele do homem comum. Redundante, porque a elite, principalmente a política, faria ouvir sua voz a qualquer hora em qualquer canto. Para que então gastar fita e papel com pessoas que sempre têm esses recursos à disposição para falar o que quiser, quando quiser?

Sobre a validade do depoimento oral do político como fonte histórica, alguns pontos devem ser esclarecidos. Em primeiro lugar, como bem destaca Christophe Charle, as elites são, em grande parte, “des inconnues de l’histoire”,³² muito embora seus nomes estejam nas ruas e seus retratos nos jornais. Era preciso, pois, sair das generalidades sobre a elite política, estas sim bem divulgadas, e apurar a análise no sentido de entender não só suas origens e socialização, alianças que a sustentam, estratégias e instrumentos de controle e de manutenção do poder, bem como identificar papéis, funções, interesses e valores que compartilham. Ou seja, através das próprias declarações dos atores compreender padrões de acesso a posições políticas, significado das redes de interrelações pessoais, critérios de

³⁰ Ver, entre outros, Frank (1992).

³¹ Camargo (1981 e 1984).

solidariedade e de clivagem interna, fatores de coesão e de cisão, articulação com grupos de interesse, e controle dos processos de elaboração de políticas governamentais. Revelar, enfim, a maneira pela qual o indivíduo – o político – se inseriu no processo histórico, a possibilidade de opções frente ao leque de alternativas, e o impacto sobre a sua atuação das correntes de opinião e dos interesses em conflito.

O livro *Depoimento*, de Carlos Lacerda, publicado em 1978, resultou da edição de uma entrevista por ele concedida a jornalistas do *Jornal da Tarde*, ao longo de três fins de semana – 19 e 20, 26 e 27 de março e 16 de abril de 1977 –, um mês antes da sua morte ocorrida a 27 de maio. Nesse sentido, o livro deve ser entendido como o balanço final de vida desse político que durante duas décadas tinha sido um dos principais pólos da vida nacional, e que agora se preparava para novamente voltar a sê-lo. Afinal, dentro de dois anos, em 1979, acabaria o prazo da cassação de seus direitos políticos, e, como ele próprio reconhecia, ainda não estava “na idade de sair da política”. Sua morte súbita contrariou as previsões e destruiu as aspirações de quem, como ele, tinha se “preparado a vida inteira para uma determinada coisa”, para a presidência da República, é claro.³³

Na definição de seus editores, *Depoimento* era um “documento histórico de grande valor”, na medida em que “nem palavras nem fatos foram ensaiados ou medidos”. Documento “apaixonado”, marcado pelo tom “emocionado” do depoente, *Depoimento* não era isento da “paixão partidária”, o que aliás caracterizaria os documentos por si mesmos, reflexos que eram do “espírito do tempo”.³⁴ Em outras palavras, *Depoimento* seria a versão de Lacerda, a sua interpretação – parcial e comprometida – de uma época de nossa história.

Um breve histórico da concepção e realização de *Depoimento* se faz necessário. Conta Ruy Mesquita, diretor do *Jornal da Tarde*, que num “dia qualquer de outubro de 1976”, o redator do jornal lhe propôs a formação de uma espécie de “banco de informações históricas” destinadas a quem, no futuro, pretendesse estudar a vida política brasileira das últimas quatro décadas. A proposta era de levantar os nomes dos principais personagens do “drama político brasileiro” e gravar seus depoimentos, com o compromisso de que os mesmos não seriam divulgados enquanto vivessem os depoentes. A justificativa para tal empreendimento ligava-se, sem dúvida, à percepção de que o rigor da censura e o

³² Charle (1987).

³³ Lacerda (1978:408).

cerceamento da vida político-institucional determinados pelo regime militar haviam provocado uma “despreocupação” com a história recente do país, quase que monopolizada pelos brazilianistas.³⁵

Tal preocupação – evitar que a lembrança do passado recente do país se perdesse através da gravação dos depoimentos dos principais atores que então ocuparam a cena política – era compartilhada por outros segmentos da intelectualidade brasileira, empenhados em produzir fontes históricas para o estudo das últimas décadas da história nacional. A criação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas, em 1973, se inseriu nesse movimento, conforme o depoimento de Aspásia Camargo:

Naquele momento em que se iniciava um processo de abertura política, esses contatos criaram um estímulo a mais para compreendermos o nosso passado recente, ainda envolto em brumas (...). Confirmaram, acima de tudo, a nossa crença na necessidade de consolidar um poder civil e democrático.³⁶

Portanto, além da vontade manifesta de preservar a memória do passado, há que se levar em conta que a segunda metade década de 1970 inaugurou-se com o anúncio da abertura lenta e gradual do regime. Vislumbrou-se, assim, a perspectiva da volta dos cassados em 1964 ao mundo político e, principalmente, o retorno à normalidade institucional. Isso implicava uma ampliação da esfera da atuação dos políticos, vistos até então com desconfiança pelos militares, e mantidos a uma razoável distância dos centros decisórios de poder. Se a vez dos políticos estava chegando, era preciso lhes dar voz.

A afirmação de Ruy Mesquita quanto à “obviedade” da escolha do nome de Carlos Lacerda para encabeçar a lista dos depoentes justificava-se, em boa medida, pela indubitável presença do líder udenista nos eventos políticos mais marcantes do país ocorridos nos últimos tempos. A Lacerda caberia aproveitar essa oportunidade para se reinserir na política, reconstruindo o lugar que lhe caberia neste momento de transição. Por isso mesmo, ao final da longa entrevista não deixaria dúvida sobre a brevidade de sua volta à atividade política, tão logo vencessem os dez anos de cassação de seus direitos políticos:

³⁴ Lacerda (1978:10).

³⁵ Lacerda (1978:11).

³⁶ Camargo em Alberti (1989:VII).

O número de pessoas que não sabe que fui cassado é muito maior talvez do que o número de pessoas que sabe (...). Acho que tenho obrigação de dizer isso um pouco, para ver se calha de algumas pessoas verem e dizerem: “Não, olha aqui. Ele está dizendo aí que não traiu, nem abandonou não. É que ele foi proibido de fazer.”³⁷

Balanco do passado, *Depoimento* buscou construir pontes com o presente e o futuro. De um lado, estava o presente, emoldurado pela anistia, em torno da qual a recordação e o esquecimento jogavam um papel decisivo: se esquecer era a regra primeira do perdão, lembrar era a forma de garantir espaço no novo concerto político.³⁸ De outro, era o futuro, balizado por um projeto cuja consistência dependia da memória do passado.³⁹

No passado, a chave para o presente e para o futuro⁴⁰

Composto de 34 capítulos, *Depoimento* se inicia pela formação política de Lacerda, onde são ressaltados não só as raízes de sua família na política carioca e nacional, bem como o “efervescente” ambiente da ex-capital federal. A atividade jornalística, o ingresso na vida partidária após 1945, a carreira parlamentar, as articulações políticas, os perfis dos aliados e rivais, a eleição para o governo da Guanabara, o movimento de 1964 e o posterior ostracismo político, são narrados com detalhes. Apesar disso, ou melhor, por isso mesmo, *Depoimento* não foi reconhecido por cientistas políticos e historiadores como uma fonte relevante para a história contemporânea brasileira. A seletividade da memória – Lacerda não relataria “toda” a história – e o interesse consciente em registrar determinadas ações com vistas a uma futura utilização – Lacerda construiria uma auto-imagem “falsa” – seriam fatores decisivos da debilidade dessa fonte, que não suportaria uma análise crítica mais “rigorosa”.

Paradoxalmente, serão esses mesmos fatores que propiciarão a valorização desse tipo de fonte. De um lado, verificou-se a importância de se entender que percepção o líder político tem de si mesmo e dos outros, como ele justifica as ações significativas de sua vida, e de que modo organiza as idéias acerca do seu passado. Como enfatiza Wilkie, as elites políticas têm um conjunto de crenças sobre si mesmas e sobre a história de seu país, a

³⁷ Lacerda (1978: 408).

³⁸ Lapierre (1989).

³⁹ Velho (1988).

partir das quais tomam decisões de conseqüências importantes; devemos, pois, “tener en cuenta el ‘hecho’ de que lo que la gente piensa que ocurre en la historia puede ser tan importante como lo que realmente ocurre.”⁴¹ Dessa maneira, a seletividade da memória, longe de ser um obstáculo ao conhecimento, revela-se, ao contrário, um importante meio de acesso a determinadas “informações”, impossíveis de serem coletadas em fontes mais “rigorosas”. Afinal, em vez de se imaginar uma simples oposição entre memória e esquecimento, deve-se valorizar, sim, a relação que ambos mantêm entre si.

De outro lado, deu-se o desenvolvimento de uma corrente de estudos na área da história e da antropologia que enfatiza a importância da memória como elemento fundamental da relação entre o indivíduo e a sociedade, a *mémoire collective*.⁴² Funcionando como um depósito onde o indivíduo busca elementos que lhe permitem identificar-se social e historicamente, a memória coletiva funda-se não apenas na comunhão de símbolos e significados compartilhados com a sociedade, como se atualiza nas vivências individuais e particulares. Ou seja, se, por um lado, o indivíduo só pode ter memória do seu passado como um ser social, por outro, há que se levar em conta o aspecto individual dessa memória. Como disse Lyndon Johnson em sua autobiografia, “um presidente vê as coisas de uma perspectiva única”.⁴³

A interseção entre memória individual e social está presente em *Depoimento*. Abrindo a entrevista com a afirmação de que “fui criado num meio político; ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente”, Carlos Lacerda buscou construir um dos pilares da sua identidade, qual seja, a vocação “natural” para a arte da política inscrita na sua biografia individual. Seu avô, Sebastião Lacerda, fora deputado federal, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1896) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1912); seu pai, Maurício de Lacerda, vereador e deputado federal pela cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1910, tivera destacada atuação na luta pelos direitos dos operários. Dessa maneira, como Lacerda fez questão de frisar, “a política era um assunto de todo dia”,

⁴⁰ Sobre a construção da imagem de Carlos Lacerda, ver Motta (1996).

⁴¹ Wilkie (1974:104).

⁴² Halbwachs (1990).

⁴³ Citado por Wilkie (1974:109).

justificativa, inclusive, para matar aula e assistir aos debates na Câmara Municipal, onde seu pai era vereador.⁴⁴

Mas não era apenas da política tradicional que se nutria a formação de Lacerda. Seus tios Fernando e Paulo eram líderes do Partido Comunista Brasileiro, e, aos 12 anos, iniciaram-no na leitura de obras comunistas. Assim, se o contato com as idéias comunistas é uma característica geracional relevante nas décadas de 30 e 40, no caso de Lacerda é um dado familiar, inserido na sua trajetória de vida individual, o que, de certo modo, singulariza seu rompimento com o PCB, já que ele teria conhecido o Partidão “de dentro”.

Ao organizar o passado em busca de uma explicação para a sua vocação política “inata”, Lacerda destacou ainda o ter vivido e feito política na sempre “efervescente” capital federal, bem como ter pertencido a “uma geração politizada desde cedo, exatamente por que criada dentro da idéia de lutar contra a ditadura que então se prenunciava”.⁴⁵

A carreira de Lacerda sempre esteve intimamente ligada ao estilo de fazer política praticado no Rio de Janeiro, então capital federal. Especificidade essa em grande parte configurada pela relação entre a cidade e o governo federal. A Constituição de 1946, não atendendo a certas demandas autonomistas, manteve a indicação do prefeito do Distrito Federal pelo presidente da República, o que garantia uma interferência direta do Executivo federal na vida política e administrativa da capital. Vereador mais votado na eleição de 1947, com mais de 30 mil votos, Lacerda renunciou ao mandato quando o Senado, ao votar a Lei Orgânica do Distrito Federal, retirou da Câmara Municipal o poder de examinar os vetos do prefeito.

No entanto, como em uma via de mão dupla, o debate político travado no Rio de Janeiro tinha uma repercussão em todo o país, e a projeção de políticos cariocas, em geral, não se restringia aos limites da cidade. Dessa forma, se por um lado, a interferência direta do governo federal introduzia um elemento complicador na política local, por outro, o Rio de Janeiro tornou-se uma ótima plataforma de lançamento de políticos no firmamento nacional.

Lacerda encarnaria, assim, a identidade ambígua do político carioca, sempre dividido entre as demandas do nacional e do local. Seu governo no estado da Guanabara

⁴⁴ Lacerda (1978:27).

⁴⁵ Lacerda (1978:27).

(1960-65) aliás, foi marcado por essa dupla solicitação. De um lado, Lacerda tocava a política local, pautada pela montagem da máquina administrativa do novo estado; de outro, jogava para o público nacional, pois o Rio ainda era, de fato, a capital da República. E se seu possível rival na eleição de 1965, Juscelino Kubitschek, tinha Brasília, a Novacap, como um valioso trunfo na futura disputa, o governador carioca precisava apresentar a Guanabara, a Belacap quatrocentona, como modelo de um novo tipo de administração.⁴⁶

O dado geracional é relevante em *Depoimento*. Nascido em 1914, Lacerda é da geração cuja memória foi balizada por fatos – a Revolução de 30, o Estado Novo e a posterior redemocratização – por figuras – Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes talvez fossem os mais paradigmáticos –, e por idéias, como o comunismo e o liberalismo.

A abordagem geracional tem-se revelado particularmente fecunda em estudos que tratam das elites políticas ou intelectuais.⁴⁷ Relativizando o fator etário, e enfatizando o grau de envolvimento dos indivíduos com determinados acontecimentos, essa nova concepção de geração se define pela “comunidade de experiências”, na qual a memória comum tem um lugar fundamental, pois a ela cabe instaurar o papel fundador do acontecimento como marco geracional. Ao estudar o Partido Comunista Francês, Annie Kriegel,⁴⁸ por exemplo, destacou como elemento fundamental na trajetória do militante comunista a linha ideológica que prevalecia no momento da sua entrada no partido, independentemente da idade que tivesse à época. Mais do que a idade, o que traçava a solidariedade geracional era partilhar da mesma memória seletiva e reconhecer os mesmos códigos de acesso ao passado.

Foi, pois, a partir desse referencial geracional que Lacerda organizou o seu passado em *Depoimento*. Nele, a Revolução de 30 e Getúlio Vargas assumiram o lugar de divisor de águas na história brasileira. Sem dúvida, o varguismo conformou um campo de disputa e se tornou um marco de referência obrigatório na construção da identidade dos políticos dessa geração. E, se Amaral Peixoto e Afonso Arinos podem ser lembrados como exemplos relevantes dessa ambígua relação de atração e rejeição a Vargas, nenhum outro político teve a sua identidade tão relacionada ao chefe do Estado Novo como o feroz antigetulista Carlos Lacerda. Paradoxalmente, a imagem do “ditador poderoso” que emergiu do longo

⁴⁶ Sobre o governo Lacerda no estado da Guanabara, ver Motta (2000).

⁴⁷ Winock (1989); Sirinelli (1989).

depoimento de Lacerda foi a de “um hesitante, sempre um vacilante (...). O Getúlio embarcou naquilo (Estado Novo) porque se beneficiou, mas os outros é que tomavam a iniciativa para ele.”⁴⁹

O debate ideológico foi outro tema que mobilizou a geração de Lacerda, que aliás traçou um interessante painel do “clima de ebulição revolucionária” vivido nas décadas de 1930 e 1940, em longa citação:

Na faculdade, o clima era inteiramente politizado, porque grande parte dos professores e alunos era dominada por duas figuras que foram realmente marcantes na Faculdade de Direito do meu tempo: Edgard Castro Rebelo e Leônidas Rezende, ambos marxistas (...). Nós íamos conversar na casa deles. Daí, surgiram as minhas aproximações com as esquerdas comunizantes da época. Foi no tempo em que o Mário Lago fundou a Liga dos Estudantes Ateus (...) fundou-se também a Federação dos Estudantes Vermelhos (...). Nessa ocasião, Miguel Lins e outros fizeram o Clube da Reforma (...). Dali saiu gente para os lados. Para o integralismo saíram alguns poucos, para o comunismo muitos, e para um vago liberalismo alguns. Tinha também o grupo do Caju, com Adriano Gallotti, San Tiago Dantas, Otávio de Farias (...). Quem convivia com a gente era a turma marxista (...), eu, Chagas Freitas, Evandro Lins e Silva, ficávamos até de madrugada batendo papo e conversando sobre Marx e Engels.⁵⁰

Se a adesão e o posterior rompimento com o Partido Comunista Brasileiro foram comuns a boa parte dessa geração de intelectuais e políticos, no caso de Lacerda, essa experiência, agora lembrada, assumia uma função explicativa de sua futura trajetória política. A aproximação Vargas-Prestes teria selado a união daquilo contra o que Lacerda iria lutar durante toda a vida, ou seja, a “ditadura” e o “populismo”.⁵¹

O golpe militar de 1964 ocupou um espaço significativo no balanço que Lacerda fez da sua trajetória pessoal e política. Mais uma vez, o “derrubador de presidentes” entrou em cena. Depois de Getúlio e de Jânio, fora a vez de João Goulart, afastado por uma conspiração, da qual, embora seja considerado um dos cabeças, ele garante não ter participado. Ao contrário da maioria dos seus companheiros da UDN, que integrarão as equipes ministeriais dos governos militares e organizarão a Arena, o partido oficial, Lacerda romperá com a “revolução”, inconformado com a prorrogação do mandato do

⁴⁸ Kriegel (1970)

⁴⁹ Lacerda (1978: 33-34)

⁵⁰ Lacerda (1978: 28-29).

general-presidente Castelo Branco, e a conseqüente suspensão das eleições de 1965, o que acabou por bloquear suas aspirações de chegar à presidência da República. A articulação da Frente Ampla com Juscelino e João Goulart, a partir de 1966, colocou Lacerda no centro da oposição do regime militar, e, mais uma vez, no papel de demolidor de governos. Só que os militares resolveram exorcizar por um bom tempo o fantasma do *tombeur*, e Lacerda foi cassado pelo AI-5 por um período de dez anos. Com *Depoimento*, nove anos depois, Lacerda buscou garantir um espaço próprio para o seu breve retorno à vida pública brasileira, da qual saíra “contra a vontade”, e à qual voltava com a missão de “cuidar do país”:

Agora dá mágoa, sobretudo quando você sente que o país está com pouca gente para cuidar dele (...). Se eu estivesse vendo surgir uma geração preparada para ocupar os lugares que a gente tentou ocupar, eu estaria feliz e tranqüilo (...). Mas quando você pensa que o Brasil está nesse negócio de escolher qual é o general, e que nem sequer é preciso que ele tenha uma folha de serviço, tem é que saber se ele é mais antigo ou mais moderno, quantos tanques ele tem...⁵²

Ao contrário dos “generais”, Lacerda teria uma longa “folha de serviço”, a qual ele fez questão de apresentar, de maneira bem selecionada, em *Depoimento*. Seria ela que, a seu ver, poderia e deveria ser capaz de lhe assegurar um lugar-chave na condução futura dos destinos do país. O objetivo claro era dar um sentido à ação do indivíduo no fluxo da história, tecer os laços entre seu passado, descontínuo e fragmentado, e seu projeto futuro, que buscava estabelecer continuidade e direção a situações e fatos vividos anteriormente. Seria através dessa dinâmica entre uma memória do passado e um projeto para o futuro, que Lacerda buscaria (re) construir a sua identidade política. Afinal, como alerta Gilberto Velho,

A biografia (...) está sujeita a periódicas revisões e reinterpretações. A idéia, já do senso comum, de que a memória é seletiva, em parte se explica por essa dinâmica dos projetos e da construção de identidade, que leva as referências do passado a um processo permanente de (de) e (re) construção.⁵³

⁵¹ Lacerda (1978: cap. 2)

⁵² Lacerda (1978: 408).

⁵³ Velho (1988: 125).

Como já ressaltamos anteriormente, a abertura “lenta” e “gradual”, que se insinuava no panorama político no início de 1977, oferecia a perspectiva de volta dos políticos – até mesmo dos cassados pelo regime militar – aos centros de poder do país. A questão, no entanto, era: que tipo de político, especialmente dentre estes “exilados”, poderia aspirar à volta? Que trunfos seriam valorizados e que qualidades seriam requeridas para esse retorno? Ou seja, que perfil de político seria capaz de atender tanto às delicadas condições do presente, ainda pontuado pelos rigores da ditadura militar, quanto às perspectivas futuras de implantação de uma democracia plena?

Ora, se o passado do político tinha naquele momento um peso relevante, necessário seria que se procedesse a uma “adequada” leitura desse passado. Nesse sentido, ao rememorar sua história de vida, Lacerda procurou iluminar alguns aspectos que lhe pareceram especialmente significativos para a composição de um perfil que lhe permitisse conquistar um lugar no reordenamento político que se avizinhava.

Em primeiro lugar, destacou a sólida formação política advinda do meio familiar. Ao lado disso, o fato de ter atuado politicamente no Rio de Janeiro, “caixa de ressonância do país”, e de ter pertencido a uma geração “politizada”, ter-lhe-iam conferido igualmente uma estatura de “político nacional”, cuja presença teria sido marcante nos eventos mais significativos do país nas últimas décadas. Dessa maneira, ao invés de “tanques”, o que o capacitava era, além da sua vocação política “inata”, o duro exercício da conquista do voto, através do que tinha sido eleito vereador, deputado federal e governador de estado. A presidência da República, esta lhe fora “confiscada” arbitrariamente.

A adesão “irrestrita” aos valores democráticos era outro componente fundamental da identidade política de Lacerda. A fidelidade aos princípios da democracia teria sido “inequivocamente” demonstrada não só na luta sem trégua que moveu contra a “ditadura varguista” e o “totalitarismo comunista”, mas principalmente pela rejeição ao regime militar autoritário implantado em 1964. Cassado quando buscava articular a Frente Ampla, que ele qualificou como uma “alternativa política ao fechamento do regime”, podia se apresentar, nove anos depois, como a liderança civil mais “capaz” de negociar a transição democrática.

No entanto, o maior trunfo de Lacerda, cuidadosamente cultivado para a sua *rentrée* na cena política, foi a imagem de administrador público competente, distante tanto

do modelo “autoritário e centralizador da tecnocracia irresponsável”, quanto do padrão clientelista da tradicional política do toma lá, dá cá. Desse modo, à fama de “demolidor”, que tanto prestígio lhe rendera no passado, Lacerda julgava mais proveitoso, nesse momento, à de “construtor”. Resumindo as maiores realizações de sua vida, disse:

Acho que (são) duas coisas: uma, foi ter ajudado a derrubar uma ditadura, ou duas e meia; a outra, muito mais gratificante porque é mais positiva (...), foi ter criado no governo um espírito, uma mentalidade (...), a idéia de que um governo foi feito para servir e não para se servir (...). Você repare que depois do governo na Guanabara houve uma porção de governos aí que tentaram nos imitar (...), mas esqueceram aquela coisa fundamental que era o espírito com que a gente fazia isso.⁵⁴

Relato biográfico, *Depoimento* permite uma dupla leitura. Por um lado, ligou-se a um projeto de reintegração ao cenário político no final dos anos 70, diante do qual Lacerda teria de comparecer com uma identidade bem definida: na reconstrução do passado, a chave do presente e a conquista do futuro, que afinal não chegaria para ele. Por outro, é uma fonte histórica importante para se entender o complexo processo de reconstrução do passado, onde se cruzam a memória coletiva e a memória individual.

BIBLIOGRAFIA:

BALMAND, Pascal. La renouveau de l’histoire politique. In: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. Les écoles historiques. Paris, Seuil, 1989.

BECKER, Howard. Historias de vida en sociologia. In: BALÁN, Jorge (org.). *Las historias de vida en Ciencias Sociales: teoria y tecnica*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

_____. Uma entrevista com Howard Becker. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 3 (5): 114-136. 1989.

BERSTEIN, Serge. L’historien et la culture politique. *Vingtième Siècle – Revue d’histoire*. Paris, (35). Juil.- Sept. 1992.

_____. La culture politique. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Pour une histoire culturelle*. Paris, Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

⁵⁴ Lacerda (1978:403).

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989. A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo, Unesp, 1991.

CAMARGO, Aspásia. The actor and the system: trajectory of the Brazilian political elites. In: BERTEAUX, Daniel (edit.). *Biography and society: the life approach in the Social Sciences*. California, Sage Publications, 1981.

_____. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 27 (1): 5-28. 1984.

_____. Apresentação. In: ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, editora FGV, 1990.

CHARLE, Christophe. *Les elites de la République – 1880-1900*. Paris, Fayard, 1987.

CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. *Annales ESC*. Paris, (6): 1505-19. Nov.-Dec. 1989.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à “nova história”*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

FRANK, Robert. La mémoire et la histoire. *Les Cahiers de l’IHTP*. Paris, (21). 1992.

FURET, François. O quantitativo em história. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro, Vértice, 1990.

HIMMELFARB, Gertrude. *The new history and the old*. Massachusetts, Harvard University Press, 1987.

JULLIARD, Jacques. A política. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

_____. Political history in the 1980’s. In: RABB, ^a e ROTBERG, F. (org.). *The new history in the 1980’s and beyond*. Princeton, Princeton University Press, 1982.

KRIEGEL, Annie. *Les communistes français: essai d’ethnographie politique*. Paris, Seuil, 1970.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

LAPIERRE, Nicole. Dialectique de la mémoire et de l’oubli. *Communications*. Paris, (49): 5-10. 1989.

LE GOFF, Jacques (dir.). *L’État et les pouvoirs*. Paris, Seuil, 1989.

LE GOFF, Jacques (dir.). *L’État et les conflits*. Paris, Seuil, 1990.

_____. *São Luís*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales ESC*. Paris, (6): 1325-336. 1989.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996.

MOREL, Marco. *Frei Caneca*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

MOTA, Maria Aparecida R.. *Sílvio Romero*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

MOTTA, Marcus A.. *Anchieta*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. Em nome da independência, da competência e da neutralidade: os depoimentos de Octavio Gouvêa de Bulhões e Dênio Nogueira. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1994.

_____. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados. In: BOM MEHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. *Teotônio Vilela*. Brasília, Senado Federal, 1996.

_____. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

NOIRIEL, Gérard. Une histoire sociale du politique est-elle possible?. *Vingtième Siècle – revue d’histoire*. Paris, (24): 81-96. Oct.-Dec. 1989.

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République. Paris, Gallimard, 1984.

_____ e LE GOFF, Jacques. Apresentação. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

RÉMOND, René. Uma história presente e Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996.

RODRIGUES, Antônio Edmilson M.. *João do Rio*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Génération et histoire politique. *Vingtième Siècle – Revue d’histoire*. Paris, 22: 67-80. 1989.

THOMPSON, Paul. *Vozes do passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, (95): 119-26. Out.-Dez. 1988.

WILKIE, James W. Elietore. In: BALÁN, Jorge (org.). *Las historias de vida en Ciencias Sociales: teoría y técnica*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

WINOCK, Michel. Les générations intellectuelles. *Vingtième Siècle – Revue d'histoire*. Paris, 22: 17-39. 1989.